

Novos empréstimos, só com garantias oficiais.

Esta e outras exigências é o que pretendem fazer bancos e organismos internacionais para liberar dinheiro novo para países em desenvolvimento.

Os bancos e os organismos internacionais credores da dívida dos países em desenvolvimento querem garantias oficiais e imporão novas condições para a concessão de empréstimos. Estes foram os principais itens do estudo divulgado ontem em Washington pelo Instituto de Finanças Internacionais (IFI).

O diretor do IFI, Horst Schulmann, afirmou que os governos credores estão arriscando seu capital nos países devedores, pois "alguns não estão pagando suas dívidas". Segundo Schulmann, se isso continuar, será uma grande perda para os próprios contribuintes norte-americanos, já que eles, em última instância, é que acabam financiando os empréstimos.

Foi por isso que James Baker III, ex-secretário do Tesouro e o escolhido por George Bush para chefiar o Departamento de Estado, se opôs à idéia de dar garantias oficiais aos empréstimos externos, pois, elas acabariam por transferir aos contribuintes os riscos assumidos pelos bancos privados.

Toda essa discussão em torno da dívida dos países pobres foi provocada pela insistência dos presidentes de vários países latino-americanos — em particular o do México, Carlos Salinas de Gortari, e o presidente eleito da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, que se reuniram na semana passada no México para conversar sobre novas formas de negociação da dívida.

O estudo do IFF informa que foram poucas as nações que amortizaram parte de suas dívidas nos últimos anos e que a maior parte delas acabou por contrair novas dívidas para pagar os juros. O instituto recomenda aos países devedores que façam reformas econômicas para que os investimentos externos e a amortização dos débitos possam tornar-se viáveis.

Já o ex-secretário de Estado Henry Kissinger, em artigo no jornal **The Washington Post**, aconselhou o presidente eleito George Bush a, tão logo tome posse, aceitar uma reunião com os governantes da América Latina para discutir meios de aliviar a crise da dívida externa. Um problema que, se não for resolvido — ele advertiu — poderá gerar na região, a partir de 1990, uma crise política em que o populismo, o nacionalismo e o antiamericanismo chegarão ao auge.

Kissinger propôs que os Estados Unidos contribuam para um processo de reversão de perda de capitais na América Latina, através de doações governamentais e alívio fiscal para os bancos que reduzirem seu lucro entre outros meios.



Confusão na porta do BC: os "Freitas" rendem subalternos